

A reprodução da desigualdade no ambiente escolar: Considerações sobre a formação e políticas educacionais

The reproduction of inequality in the school environment: Considerations on training and educational policies

La reproducción de la desigualdad en el entorno escolar: Consideraciones sobre la formación y las políticas educativas

Recebido: 21/12/2020 | Revisado: 23/12/2020 | Aceito: 24/12/2020 | Publicado: 24/12/2020

Alexandre Nascimento da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9522-5744>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: alexandrenascimento@bb.com.br

Francisco Alex Pereira Soares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7000-5355>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: alexsoares0707@gmail.com

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar aos profissionais da área da educação aspectos referentes à importância da Pedagogia Histórico-Crítica no processo de ensino-aprendizagem por meio de ideias, teorias e reflexões de estudiosos e pesquisadores com o intuito de elucidar as evidências da sociedade atual marcada pelas desigualdades e injustiças que atingem a vida dos indivíduos explorados pela classe dominante, tendo em conta as diversas contradições encontradas nesta esfera. A pesquisa se apresenta em sua metodologia como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental em que foi revisado a literatura clássica sobre a desigualdade educacional e os artigos encontrados sobre a temática no Portal de Periódicos da CAPES. Entre os resultados encontrados estão obras que discutem a questão da desigualdade a partir das teorias de Bourdieu em questões sobre temas atuais da educação. A partir das informações coletadas chegamos a conclusão de que apesar de avanços ocorridos nas últimas duas décadas na educação brasileira, com a implementação de políticas educacionais progressistas ainda há um longo caminho a se trilhar para que haja uma educação igualitária para todos.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica; Desigualdade Social; Capital Cultural; Bases Formativas.

Abstract

This article aims to present to education professionals aspects related to the importance of Critical Historical Pedagogy in the teaching-learning process through ideas, theories and reflections of scholars and researchers in order to elucidate the evidence of current society marked by the inequalities and injustices that affect the lives of individuals exploited by the ruling class, taking into account the various contradictions found in this sphere. The research is presented in its methodology as a qualitative, bibliographic and documentary research in which the classical literature on educational inequality and the articles found on the theme in the CAPES Journal Portal was reviewed. Among the results found are works that discuss the issue of inequality from Bourdieu's theories in questions on current topics of education. From the information collected we came to the conclusion that despite advances in the last two decades in Brazilian education, with the implementation of progressive educational policies there is still a long way to go so that there is an equal education for all.

Keywords: Historical-Critical Pedagogy; Social inequality; Cultural Capital; Formative Bases.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar a los profesionales de la educación aspectos relacionados con la importancia de la Pedagogía Histórica Crítica en el proceso de enseñanza-aprendizaje a través de ideas, teorías y reflexiones de académicos e investigadores con el fin de esclarecer la evidencia de la sociedad actual marcada por las desigualdades e injusticias que afectan a la vida de las personas explotadas por la clase dominante, teniendo en cuenta las diversas contradicciones que se encuentran en este ámbito. La investigación se presenta en su metodología como una investigación cualitativa, bibliográfica y documental en la que se revisó la literatura clásica sobre desigualdad educativa y los artículos encontrados sobre el tema en el Portal de Diarios CAPES. Entre los resultados encontrados se encuentran trabajos que discuten el tema de la desigualdad de las teorías de Bourdieu en cuestiones sobre temas actuales de la educación. De la información recopilada llegamos a la conclusión de que a pesar de los avances en las últimas dos décadas en la educación brasileña, con la implementación de políticas educativas progresivas todavía hay un largo camino por recorrer para que haya una educación igual para todos.

Palabras clave: Pedagogía histórico-crítica; Desigualdad social; Capital Cultural; Bases formativas.

1. Introdução

As pesquisas que abordam as desigualdades ligadas às distintas classes sociais e suas oportunidades dentro do âmbito escolar na sociologia da educação vêm se tornando um dos temas de pesquisa com maior destaque. Dentre os estudos abordados encontram-se as análises sobre os níveis mais fundamentais dentro do sistema de ensino até os de níveis superiores, como no caso da educação superior. Visando apresentar com maior clareza distintos ângulos sobre a questão fundamental da desigualdade que parte desde o acesso à educação até o ambiente educacional escolar.

Deve-se ressaltar a importância da metodologia abordada pelas instituições escolares, pois elas fazem parte das consequências que remetem ao fracasso ou sucesso no processo de ensino-aprendizagem. A metodologia parte dos educadores que muitas vezes tornam a sua realização um misto de diferentes abordagens, onde eles acabam por reconhecer as diferenças, respeitá-las e conseqüentemente as justificam de forma consciente e inconsciente (Saviani, 1999). Logo, fazem uso de uma abordagem estrutural tradicional, alternando-se ora entre as concepções da Escola Nova, ora as libertárias. No entanto, sem base filosófica radical sobre o que se pretende alcançar.

De acordo com Bourdieu (2014), a instituição escolar age em prol do reconhecimento e da preservação das desigualdades sociais. Eles acreditam que os trabalhos e os ensinamentos escolares partem de um facultativo cultural que normalmente é relacionado à cultura de um determinado grupo social que tem maiores condições de impor a sua estabelecida cultura como legítima. Logo, os educandos pertencentes a esse grupo ingressam na instituição como portadores de uma dada herança cultural, ligada ao capital ou a valores familiares já previamente internalizados, que assim direcionam a prática dos docentes.

Quando o docente aborda os alunos de maneira igualitária no que se refere aos aprendizados escolares e os avalia a partir dos mesmos critérios, acaba por colocar a instituição escolar em uma posição reconhecedora das diferenças constituídas anteriormente ao ingresso do educando dentro da instituição, compartilhando da transformação do indivíduo em uma estatística dentro da desigualdade que futuramente repercutirá no acesso do mesmo às credenciais de ensino mais valorizadas no mercado de trabalho. Ou seja, essa herança cultural internalizada e reforçada nas instituições acompanhará o educando e possivelmente suas próximas gerações, por toda sua vida.

Alunos de grupos que têm menor acesso à cultura denominada como legítima teriam, nesses casos, uma dificuldade maior em absorver os aprendizados escolares, uma vez que a herança cultural de seu grupo não é a que a instituição normalmente valoriza. A prática escolar é tida como uma atribuição natural do indivíduo, porém as dificuldades e a ausência de entendimento por parte dos educandos sobre as competências e conteúdos escolares resultam no abandono e no fracasso dos estudos, uma vez que estes não recebem atenção onde os problemas se mostram individuais.

Bourdieu (2014) compreendem que a sociedade moderna viabiliza ao sistema educacional diversas ocasiões para colocar em prática seu poder de transformar vantagens sociais em escolares, elas se colocam em posição de vantagem social, pois dessa forma se permitem apresentar princípios escolares e, por conseguinte subjacentes sociais, como características técnicas necessárias para a prática de uma profissão.

No caminho da busca por superação encontram-se as tendências e as abordagens pedagógicas, uma vez que as mesmas têm por base movimentos filosóficos, sociais e antropológicos, sempre de acordo com o contexto histórico em que se encontram. Essas tendências geram influências sobre as práticas ligadas às perspectivas frente à sociedade, logo, é de suma importância que os educadores tenham conhecimento sobre elas para que as justificativas inconscientes referentes à desigualdade e às diferenças se tornem conscientes frente à sua trajetória político-pedagógica.

Com base nesses conhecimentos, os educadores poderão promover estratégias de mudanças, convertendo a prática educacional em um ato eficaz e determinante para que o ensino possa transcender as dimensões pertencentes ao ambiente escolar. Quando o educador conhece a teoria que contempla a prática, ele tende a permitir o fomento de transformações positivas na conscientização dos educandos. Estes, por sua vez, poderão carregar e passar essa conscientização para os demais colegas até que cheguem aos condicionantes sociais, convertendo todo o processo ligado ao ensino-aprendizagem em algo de fato valorizado e significativo, com foco na educação realmente transformadora, que vise superar toda a escassez educacional e social na atualidade.

A pedagogia histórico-crítica é uma referência dentro do movimento educacional nacional e vem sendo citada como uma concepção de educação com o intuito de reaver a relevância da instituição escolar, bem como a reorganização de todo o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a mesma se demonstra pouco presente no cotidiano escolar, percebe-se que a carga de conhecimentos que grande parte dos educadores retém sobre essa

pedagogia é superficial, o que naturalmente dificulta a sua prática como metodologia de ensino.

Esta pesquisa visa apresentar aos educadores e profissionais da área da educação a relevância e a viabilidade desta pedagogia em ambiente escolar, para assim elevar a ascensão das capacidades psíquicas, bem como aprimorar a concepção dos educandos, não pretendendo apresentar soluções, porém incentivando-os a romper a alienação atual e obter a real consciência social através da reflexão embasada nos pensamentos dos principais autores especialistas no assunto, bem como suas obras.

O artigo apresenta as abordagens do conceito de capital cultural Bourdieu (1998; 2007; 2014), e de intelectual orgânico Gramsci (1979;2001). Ou seja, faz uma revisão bibliográfica sobre o tema da desigualdade escolar, além disso, buscamos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) artigos que discutem a desigualdade escolar para dialogar com a literatura clássica sobre o assunto. Nesse sentido, o trabalho estará ancorado nos estudos dos autores, a fim de obter subsídio em torno do tema. Metodologicamente, este trabalho está ancorado na abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, como caracterização exposta por Richardson (2017) e Gonçalves (2011).

2. Metodologia

O artigo em tela se apresenta como uma revisão bibliográfica com o objetivo de apresentar aos profissionais da área da educação aspectos referentes à importância da contribuição da pedagogia histórico-crítica para no processo de ensino-aprendizagem por meio de ideias, teorias e reflexões de estudiosos e pesquisadores com o intuito de elucidar as evidências da sociedade atual marcada pelas desigualdades e injustiças que atingem a vida dos indivíduos explorados pela classe dominante, tendo em conta as diversas contradições encontradas nesta esfera.

Para o alcance do objetivo da pesquisa buscamos inicialmente a literatura clássica sobre a temática, principalmente encontrada a partir dos estudos de Bourdieu e Gramsci e foi realizado, ainda uma revisão bibliográfica dos artigos encontrados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir da busca pela palavra-chave “desigualdade educacional”.

A pesquisa utiliza-se dos métodos qualitativos de análise, que nas palavras de Pereira, et al (2018) “são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do

pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo” (p. 67). Quanto as fontes a pesquisa se classifica como, bibliográfica e documental, como caracterização exposta por Richardson (2017) e Gonçalves (2011).

Na ferramenta de busca do Portal de Periódicos, foram encontrados um total de 10 artigos, publicados entre os anos de 2011 e de 2019, no entanto, após a leitura do título, resumo, palavras-chave e introdução, percebeu-se que dois não possui correlação direta com a área da educação e do ensino. Os resultados da pesquisa são apresentados no segmento referente aos resultados neste artigo.

3. Resultados e Discussão: a escassez do capital cultural e suas reflexões

Existem na atualidade social diversas contradições referentes ao desenvolvimento cultural. Dentre eles pode-se destacar os avanços tecnológicos dentro de um projeto global nas comunidades, principalmente quando discutimos a agenda global de reformas educacionais vigente. Em contrapartida, pode-se identificar uma grande parte da sociedade sobrevivendo e sendo sujeita a um procedimento opressor com todos os tipos de intolerância social, exclusão e violência sem antecedentes.

Podemos observar no sistema atual social imposto uma ética que atende de maneira demasiada às insuficiências do capitalismo neoliberal, em desvantagem ao progresso sustentável com foco nos indivíduos em seus ambientes, com destaque à trivialização da vida que resulta, com o passar do tempo, na implantação de uma cultura desumanizadora.

Desde sua origem a sociedade capitalista se apoia em demasiadas estratégias com o intuito de manter a desigualdade firmada e se estabelecer na divisão das classes sociais. As ideias marxistas consolidadas no século XIX continuam atuais, elas expõem as críticas exercidas contra as condições de dominação da classe trabalhadora, se caracterizam como ferramentas importantes para a compreensão dos artifícios do desempenho capitalista bem como as suas formas mais contraditórias para a constituição de pobreza e riqueza. Nesse sentido, o capitalismo é um modelo social que vive e prospera a partir das desigualdades, bem como, do princípio de que muitos tenham pouco e poucos tenham muito.

Bourdieu (2014) salienta que no momento em que os indivíduos pertencentes a um grupo social de capital cultural escasso começam a participar e interagir com os demais grupos, conflitos de interesses que antes se encontravam submersos tornam-se evidentes, passando a aprofundar o que é comum. Dessa maneira, o que recebe destaque é o conflito de interesses e não mais o resultado. O autor ressalta que o raciocínio das elites e da sociedade

dominante acerca das instituições escolares se dá pela necessidade de reforma no ensino e nas escolas, a partir da ideia de que as quantidades de instituições não atendem à demanda, justificando a criação da Escola Nova, que propiciou o aprimoramento das instituições de ensino atribuídas às elites e um ensino com nível rebaixado atribuído às camadas sociais populares.

Nesse sentido, a supremacia pôde se restabelecer. Isso é refletido diretamente no âmbito político do país, em que a política educacional atual tem maior proposta-base para a educação básica, em contradição à proposta voltada à pós-graduação que é elitista, uma vez que o conteúdo e a abordagem pedagógica das instituições públicas se diferem ou simplesmente se ausentam do necessário para a conquista de um ensino superior de qualidade.

Para Gramsci (1979) a cultura é uma das ferramentas da sócio-política, ela é um dos caminhos que pode conceder às massas uma consciência essencialmente autêntica e formadora de outra ordem suprema, o que leva a pensar que a supremacia, enquanto dominadora intelectual e moral, não predomina dentro da estrutura apenas econômico-política de um grupo social, ela ocorre também nas áreas culturais e idealistas, na competência de uma determinada classe para desenvolver a consonância e de criar uma base concreta social, na maneira de pensar e desenvolver estratégias em conformidade com os preceitos ideológicos.

Nesse ponto, para Gramsci (2001) é preciso no que se refere à escola e o tema econômico como uma resolução primordial na sociedade. O autor denuncia que a diferença de classes nas escolas existe e algumas delas estão aí para formar funcionários operacionais enquanto outras para formar dirigentes e especialistas. Tomando como cenário as políticas curriculares que foram produzidas no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Base Nacional Comum para a Formação dos Professores da Educação Básica (BNC-F), o debate em torno da formação por competências é intenso, uma vez que a realidade das escolas é diversa. As escolas públicas, sobretudo, enfrentam mais desafios.

As bases fornecem agora a formação por meio de competências, reforçando “estreitas relações entre formação para o trabalho em geral e a formação para o trabalho docente” (Silva, 2019 p.132). Mas atentamos para os efeitos que currículos por competência podem produzir, tomando como fundamento a posição de Silva (2019, p.142) quando afirmam que “o currículo no formato da BNCC pode ser um reforçador das desigualdades sociais, quando parte de uma lógica de formação humana, sobretudo pensada a partir de evidências internacionais”. As escolas como receptoras dessas políticas acabam por avançar no processo

de exclusão, uma vez que as políticas nacionais estão cada vez mais alinhadas às organizações internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ressaltamos que a BNC-F tem como referência a BNCC, mais um documento que apresenta competências como objetivo. Mas no sentido das bases, Albino (2019, p.142) reforçam onde “os textos curriculares podem, também, promover exclusões, que acabam por assumir força na prática social dos discentes”. Essa prática possui força efetiva no processo de ensino-aprendizagem de alunos (as) desafortunados (as), que recebem da escola pública o possível educacional de forma estruturada, mas as desigualdades seguem.

Para Bourdieu (2007) a ideia de desigualdade se encontra no princípio da consciência de espaço social na forma de um agrupamento de posições que coexistem e que se difere de maneira aparente umas às outras, portando internamente uma apreensão associada ao universo social, e se demonstra ligada à ideia essencial de distinção. Sendo assim, o sistema da sociedade não engloba somente distinções objetivas. As pessoas se percebem, conseqüentemente se comparam e, quando suas diferenças se evidenciam através de um meio simbólico surge então o nomeado espaço das diferenças. Podemos visualizar melhor quando analisamos as avaliações de larga escala como o PISA, orientada pela governança da OCDE que busca inserir o princípio da comparação entre escolas, alunos (as), professores (as) e gestão.

A tese primordial de Bourdieu (2007) é a de que esse espaço das distinções denominadas simbólicas representa e retrata as diferenças materiais, que, quando notadas e apreciadas, agem em função da distinção. Dessa maneira, os indivíduos e as classes encontram-se e permanecem através da diferença e na diferença.

Por outro lado, o fato dessa aproximação ocorrer já sugere que no espaço social se encontra predisposto à aproximação em si. Esse espaço é estruturado de forma que os indivíduos são classificados de acordo com a posição que recebem frente as classificações estatísticas que ocorre por meio de dois princípios de diferenciação presentes na sociedade: o capital cultural e o capital econômico. Concisamente, por intermédio do espaço de ordenação, o espaço do posicionamento social se coloca como um espaço de ocupação de posição.

Sendo assim, a escassez cultural e econômica é um reflexo histórico dos interesses das classes dominantes que têm o intuito de demarcar sua posição de proteger os interesses de suas próximas gerações. Observou-se que grande parte da sociedade está sujeita historicamente a procedimentos opressores portadores de intolerância e exclusão e que o capitalismo se baseia em um grupo social que vive e progride em virtude da desigualdade. Esse grupo social cria e administra conflitos, manipula situações em que se contempla a

ignorância cultural em prol da diferenciação para que a evolução aconteça apenas onde se encontram os seus interesses.

A disputa pelo controle educacional no Brasil é histórica, os conflitos e tensões seguem em efetivo exercício configurando-se dentro do contexto de governos mais autoritários, que investem fortemente nas relações com empresários e setor econômico. A vista disso, podemos perceber os grupos que participaram ativamente no desenvolvimento e efetivação da BNCC, como o Movimento Pela Base, Todos Pela Educação, que tem como parceiros: Instituto Lemann, Instituto Ayrton Sena, Inspirare, Natura, Itaú Social, UniBanco, entre outros.

3.1 Teoria da reprodução

A teoria da reprodução, desenvolvida por Bourdieu nos anos 1960, deu-se como uma análise particular da questão referente às desigualdades em âmbito escolar e acabou por se tornar uma das principais reflexões acerca do pensamento e da ideologia educacional. Pierre Bourdieu tem uma visão positiva sobre a escola, que era tida até então como um estabelecimento baseado na meritocracia neutra que fomentava a mudança social dos que a ela pertenciam, indiferentemente de sua condição social.

Para o sociólogo, o processo de ensino justifica e reconhece as desigualdades, pois a postura que remete à neutralidade, bem como à imparcialidade, acaba por colaborar na reprodução estrutural social, distanciando as classes sociais e dando o consentimento para que o processo tenha continuidade. Indo ao encontro da ideia de que cada indivíduo tem sua especificidade, o autor apresentou em sua teoria a relação entre as desigualdades no ambiente escolar e a cultura, tornando evidente que o progresso e o sucesso do educando estão amplamente relacionados às qualificações e conhecimentos prévios por meio familiar.

De acordo com Bourdieu (1975), diversos teóricos desassocia a questão da reprodução social da reprodução cultural. Para eles, tanto a família como a instituição escolar trabalham juntos com o intuito de promover o capital cultural pertencente a todos os indivíduos. O autor defende o contrário, ressaltando que a escola fortalece a reprodução dos fundamentos das relações simbólicas e da força entre as distintas classes, contribuindo na reprodução estrutural de distribuição do escasso capital cultural que prevalece entre elas.

Ressalta ainda que as mesmas adotariam uma postura aparente e neutra. No entanto, por conta de seus interesses simbólicos e materiais no âmbito social, em que elas obtêm poder por meio das ações pedagógicas, tenderiam à reprodução do fundamento da classificação do

capital cultural entre os grupos, colaborando da mesma maneira com a reprodução da pirâmide social, abrangendo as culturas facultativas reproduzidas por meio das distintas ações pedagógicas e, por meio dessas ações, formando um procedimento baseado nas formações sociais definidas pela relação de forças que ocorre para com as classes sociais.

O destino educacional e escolar seria influenciado pelo capital econômico e cultural, por conta da diferença de posses capitais financeiras que resultaria em desempenhos diferentes dos estudantes provenientes dos distintos grupos sociais. O foco para o entendimento do método produtivista desses fundamentos das relações de classe realizados pela escola ocorre inicialmente como uma conjectura indispensável para dar a noção da diferenciação e da desigualdade frente ao desempenho escolar dos educandos provenientes das distintas classes sociais, rompendo dessa forma a ideia do sucesso escolar meritocrático individual.

A elaboração do conceito referente ao capital cultural colaborou para desmascarar a ideia de que o dom e as capacidades do indivíduo estão ligados ao sucesso no âmbito escolar. Isso fica claro quando Bourdieu (2007) expõe que as circunstâncias objetivas afetam nessa associação. O sociólogo ainda reforça que o legado do capital cultural é considerado dispensável pelas classes populares, porém a retenção de capital cultural é valorizada pela sociedade no que se refere às certificações por intermédio das instituições escolares, sendo assim, a ausência desse capital colabora com a continuidade das desigualdades das classes sociais.

Quando Bourdieu expôs o processo funcional do ensino e possibilitou o questionamento acerca dos ideais que remetiam ao dom como base, ele pôde mostrar que o mérito não parte das aptidões superiores do sujeito de forma inerente às divisões dominantes, mas sim se baseia nas qualificações sociais reproduzidas. Por sua inovação e quebra de paradigma, a obra de Bourdieu (1975) se mantém até a atualidade como uma referência essencial para a análise das ligações e correlações entre a sociedade e as instituições escolares.

O enfoque em sua teoria da reprodução possui alcance macro e predominou em um período marcado por três correntes de pensamento: marxismo, funcionalismo e estruturalismo. Essas três correntes tinham por objetivo elucidar as primordiais estruturas no sistema de ensino. Assim, o grande conhecimento das escolas parecia ter uma limitação, uma vez que as abordagens ativas nas instituições que, em dado momento, eram vistas como ferramentas para o progresso cultural e econômico, em outro momento eram uma reprodução clara e divisora de classes, deixando a instituição em um impasse.

3.2 Escola reprodutora ou formadora: questionando as políticas

As instituições escolares têm funções diversas e complexas, e o educador, por sua vez, precisa se dedicar e se equiparar às mudanças que acabam por ocorrer de maneira rápida e frequente na área de atuação, buscando a atualização de sua metodologia e de seu currículo. No intuito de acompanhar os progressos, a instituição inclina-se a buscar o método de ensino que desenvolva a relação entre os aprendizados internos do educando com os aprendizados externos.

Essa relação deve prevalecer entre o ensino-aprendizagem formal e o meio onde o aluno se encontra inserido. A grade curricular da escola deriva na abrangência da teoria e prática, interligando ambas para que os conhecimentos absorvidos melhorem o envolvimento do educando na vida social. O entendimento profundo da raiz da educação quando em uma perspectiva não material, em que o objeto não se desvincula da ação, permite estabelecer a especificidade do ensino nos conceitos das ideias, valores, hábitos, conhecimentos, atitudes, símbolos dentro das questões elementares na constituição da humanidade de cada um, como uma segunda essência que atua intencionalmente por meio das associações pedagógicas determinadas em base histórica entre os indivíduos.

Segundo Saviani (1999), para que a escola se estabeleça e exista não basta o emprego do saber sistêmico, se faz necessária a viabilização das circunstâncias da real transmissão e assimilação, isso envolve graduá-lo e sequenciá-lo de maneira que o educando passe progressivamente do campo onde predomina, o seu não domínio para o campo onde predomina. Nesse sentido, a instituição é um espaço que constitui as apropriadas condições de alcance ao ensino sistêmico. A educação tem a capacidade de edificar a humanidade no indivíduo que, de acordo com Saviani (1984), não é entregue a ela como algo inato ou como uma virtude.

Logo, a escola é o ambiente onde a educação pode se objetivar, ela tem papel fundamental na metodologia de formação do ser social nos mínimos quesitos culturais. Sua importância é tamanha na sociedade e isso se evidencia nas construções de diversas teorias pedagógicas, tais como as citadas neste artigo, que visam a elaboração de propostas inovadoras e adequadas para o melhor uso.

Tendo em vista o objetivo da educação como fator decisório da metodologia adotada para a sua irradiação, a perspectiva aparenta equívocos quando tende a inverter a lógica ao colocar o aluno como principal sujeito determinante das finalidades educacionais a serem trabalhadas, justificando em partes o ensino tradicional, pois uma vez que o ensino deixou de

estipular um caminho com visão progressiva tendo início, meio e fim, torna-se vazio de sentidos e automáticos os conteúdos a serem trabalhados.

Nesse ponto, a Escola Nova passou a ter todo o mecanismo conceituado como anticrítico e toda propagação de conteúdo como automática. Destarte, todo o mecanismo refuta a liberdade. O autor ressalta que se faz necessário o entendimento sobre o automatismo ser uma circunstância dentro da liberdade e que não é possível ser criativo sem o domínio de certos mecanismos.

De acordo com o pensamento de Gramsci (1979) todos os indivíduos são providos de intelectualidade. No entanto, não são todos que fazem uso dessa função. Para ele, caracterizar as atividades de maneira intelectual e separá-las dos diversos agrupamentos sociais é um erro metodológico. Ele compreende que qualquer atividade desempenhada, seja para um trabalho físico de nível mais rebaixado (na concepção da sociedade ignorante), necessita de um nível de qualificação mesmo que mínimo dentro da atividade desempenhada e da atividade intelectual.

Em contrapartida, ele não desdenha a diferença entre os graus das atividades intelectuais dentro do âmbito do esforço muscular bem como da criação intelectual cerebral. Assim, classifica todos os indivíduos como intelectuais capacitados, pois todos dispõem de potência, capacidade de mudanças sociais, partindo do ponto de vista inicial e capacidade criativa que acaba por não ser aprimorada ou trabalhada em sua essência no formato de um trabalho.

Segundo Gramsci (1979) a educação técnica possibilita o desenvolvimento de um novo intelectual ligado ativamente à prática, organizando, construindo e elevando o espírito abstrato matemático através da técnica. Onde ocorre a prática do trabalho pode-se promover a ciência técnica e a idealização humanista histórica. Neste ponto histórico concreto ocorre a formação de camadas tradicionalmente intelectuais.

Desta forma, os diferentes tipos de instituições, sejam profissionais ou clássicas, em parceria com a ambição econômica delas, definem a elaboração das áreas de especialização e constituem os intelectuais orgânicos pertencentes ao grupo atuante para a efetivação das atribuições subordinadas da supremacia social, política e econômica. Sendo assim, as classes até então dominadas, acabam por se orientar por base deste grupo em consequência de sua posição perante a produtividade.

O autor ainda conceitua que além da escola, o partido em sua função educativa deve levar em consideração as características específicas, bem como as gerais na formação política de um grupo social e sócio econômico dos educandos nos princípios filosóficos e políticos.

Diante do exposto e considerando o fato da influência da modernidade na civilização – sendo essa complexa como é na sua essência dentro das relações sociais e científicas bebem –, pode-se afirmar que todo trabalho prático por meio de aptidão, elabora uma escola de teor específico para especialistas, bem como para dirigentes. Com isso, Gramsci (1979) reitera a indispensabilidade de uma escola especial e singular, de essência humanista, designada a aprimorar em cada indivíduo uma cultura ampla em conciliação com a educação para a vida.

A atual tendência busca erradicar qualquer escola que não gere interesse ou formação, ou preservar delas um mínimo efetivo destinado estreitamente a um pequeno grupo de elite formado por pessoas que não têm interesse no seu preparo, visando um futuro mais profissional, assim como a de expandir as citadas escolas especializadas, onde o futuro profissional do educando pode ser predeterminado.

A solução para a crise deveria ser, segundo ele, um planejamento a ser seguido, a começar pela escola inicial única com base em cultura humanista, geral e formativa, que acarrete uma estabilidade e que equilibre o progresso da capacidade de atuar manualmente em conciliação com o progresso na atuação intelectual.

A partir desse modelo de escola única inicial, por meio de diversas práticas e orientações, o indivíduo evoluirá para uma instituição especializada dentro da área em questão. Para isso, o Estado precisaria arcar com as despesas dos serviços públicos e que a educação seja unicamente pública, sem diferença de classes. Na escola, o aprendizado e o estudo devem ser iniciados sem delimitar o ensino superior. A escola única de Gramsci se dará como criadora e ativa no incentivo à autonomia dos indivíduos.

Para Bourdieu (1998), os educandos pertencentes às classes média, média alta ou da burguesia, por conta da carga cultural erudita familiar, por meio das atuações linguísticas ou culturais em seu ambiente, teriam certamente uma probabilidade elevada na obtenção do sucesso no âmbito escolar. Por meio de suas pesquisas desenvolvidas na França, ele buscou demonstrar a relação, atualmente evidente, entre as desigualdades escolares e o capital cultural. Com base nas imposições das instituições de ensino, essas bases são assimiladas por meio do convívio social do educando.

Fazendo uso da compreensão do termo “violência simbólica”, Bourdieu (2007) busca apurar os procedimentos que induzem os indivíduos a aceitarem de maneira inconsciente as ideias dominadoras, bem como as suas representações orquestradas pela classe burguesa. Na sua visão, essa violência simbólica seria elaborada pelos agentes em parceria com instituições que as colocam em uso e apoiam a autoridade.

Outro ponto importante neste artigo é o conceito embasado no capital cultural, muito usado nos trabalhos do autor acerca da escolaridade. Refere-se aos dispositivos simbólicos bem como os técnicos obtidos pelo indivíduo através do meio social em que está inserido. É o agrupamento de certificações e de grau de saberes gerais, bem como a experiência e o contato com as artes, etiqueta e idiomas. Esse conceito do capital cultural se diferencia de outros dois conceitos importantes, o do capital social (ligado às relações de interação do indivíduo com outros) e do capital econômico (ligado aos bens do indivíduo).

Ocorreria, então, por meio da propagação da cultura escolar em seu ambiente e envolvimento de suas normas e valores, que a denominada classe burguesa aplicaria e demonstraria sua violência simbólica acima dos indivíduos pertencentes às classes populares. Isso por meio dos métodos de avaliação e execução, conteúdos, práticas pedagógicas e linguísticas abordadas e temas, evidenciando a eficácia da violência simbólica no intuito de justificar o consentimento da classe dominada.

3.3 Novas discussões sobre a desigualdade escolar

Da fundamentação teórica com os autores clássicos sobre a desigualdade escolar, partimos para o diálogo com pesquisas científicas cujas publicações estão disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. Ao todo foram encontrados dez artigos ao se fazer a pesquisa com a palavra-chave “desigualdade escolar”. Entre os artigos foram encontrados dois que não possuíam correlação com Educação, e com o termo utilizado para busca aparecendo uma única vez ao longo do texto, sem, no entanto, haver qualquer tipo de aprofundamento sobre o assunto. Em seguida, trazemos a descrição dos oito artigos analisados em nossa pesquisa.

Ribeiro (2015) traz em sua pesquisa um debate sobre as desigualdades de renda nas regiões metropolitanas no Brasil. De acordo com o autor, as mudanças econômicas ocorridas a partir dos anos de 1990 aumentaram a desigualdade no país, no entanto, a educação passou a ser percebida como um mecanismo para reversão desse processo.

A partir das análises alicerçadas na teoria do capital humano, Ribeiro (2015) aponta que ao cruzar todos os dados referentes à renda e escolaridade há uma correlação positiva de que quanto maior a escolaridade maior é a renda. Neste sentido, há a defesa de que a diferença educacional nas regiões metropolitanas do Brasil são marcações importantes para a explicação da segmentação residencial e do território nestas localidades.

As olimpíadas escolares, como medida para melhorar a educação pública, são questionadas por Rezende e Ostermann (2012). De acordo com as autoras são contrárias aos

processos competitivos das olimpíadas de conhecimento, no então são favoráveis a colaboração nos processos educativos.

Partindo das análises da desigualdade escolar sustentadas pela sociologia da educação, Rezende e Ostermann (2012) são contra o processo que já pré-seleciona os alunos de acordo com o seu capital cultural, o que torna a competição em si injusta. "Defendemos que a interação, a colaboração e a democracia são valores defensáveis tanto do ponto de vista cognitivo ou educativo quanto do ponto de vista da formação humana" (p.245).

Ribeiro e Vóvio (2017) trazem uma discussão sobre os resultados de pesquisas sobre como a influência da vulnerabilidade social interfere na desigualdade social em regiões metropolitanas. Segundo as autoras, "as pesquisas evidenciam que a vulnerabilidade social do território interfere nas oportunidades educacionais" (Ribeiro e Vóvio, 2017, p. 71).

Uma das discussões abordadas pelas autoras é de que como as políticas educacionais são elaboradas podem ampliar o processo de desigualdade educacional em área de vulnerabilidade social, como, por exemplo, a migração de professores com melhor formação e experiência para áreas de menor vulnerabilidade, ou ainda, quando os alunos moradores de favelas serem preteridos na matrícula e ficando fora da escola. (Ribeiro e Vóvio, 2017).

A diferença educacional é abordada por Haguette, Pessoa e Vidal (2016) a partir da análise de dez escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado do Ceará. Na pesquisa que avaliou cinco escolas que figuraram entre as dez com melhor desempenho no Enem de 2011 e cinco escolas que foram classificadas entre as dez com um resultado mais fraco no mesmo exame.

Os autores fizeram um levantamento buscando trazer os vários tipos de escolas, desde escolas em tempo integral, escola militar, escola profissionalizante, estando seis localizadas na capital, Fortaleza e as demais em municípios do interior. Nas dez escolas foram encontrados problemas estruturais comuns, como problemas com a infraestrutura da escola e a pouca valorização dos professores. No entanto, o que os autores ressaltam como principal diferença entre as escolas é o interesse dos alunos em "querer aprender". No entanto, é preciso ressaltar que esta questão não é arguida pelo viés da vitimização dos alunos, mas sim, de compreender a origem dos alunos. Nas escolas com desempenho menor no Enem, os alunos são menos motivados tanto pela escola como por suas famílias e a sociedade em que estão inseridos. (Haguette, Pessoa E Vidal, 2016).

Veiga (2017) faz uma revisão e problematização da discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira entre os anos de 1822 e 2016.

A autora apresenta como a educação no Brasil possuía movimentos cíclicos de conquistas e de subtração.

Nesse percurso, percebemos claramente a dinâmica dialética do processo histórico, onde, conquistas sociais e políticas são permanentemente postas em questão por grupos que se sentem ameaçados por elas. Foi assim, com o estabelecimento do Estado Novo, com o golpe militar e recentemente, com o golpe parlamentar que afastou a presidente Dilma do governo (Veiga, 2017, p. 177).

A desigualdade escolar é tratada por Araújo (2018) a partir da análise da reforma do Ensino Médio feita durante o governo Temer. Para a autora, o currículo proposto para o ensino médio "ser mais atrativo" para os jovens tende a diminuir a possibilidades dos estudantes de ingressar em uma universidade e uma possível ascensão social.

A lógica que preside esta ideia pressupõe, portanto, uma amarração entre currículo escolar e futuro dos jovens, como se isso fosse possível. Na prática, tende a calcificar as desigualdades educacionais diretamente ligadas às desigualdades sociais, promovendo um verdadeiro cerco ao futuro dos jovens pobres, que terão muito mais dificuldades de reconstruir o seu "destino" ou mesmo de ingressar numa universidade, se este tiver cursado um itinerário formativo diferente daquele por ele cursado ou se tiverem cursado o itinerário de formação profissional (Araújo, 2018, p. 229).

Para Araújo (2018) a desigualdade educacional existente atualmente no Brasil está diretamente relacionada a desigualdade social existente em nosso país. E que políticas educacionais, como a reforma do Ensino Médio, que atende interesses de setores privados, tendem a aumentar ainda mais esse abismo.

Mont'Alvão (2011) traz uma discussão sobre o processo de expansão e estratificação educacional no Brasil em uma análise comparativa com outros países. O autor parte da premissa de que a educação é o principal mecanismo de mobilidade social que possui a capacidade de superar um modelo rígido e arcaico de transmissão de *status* entre gerações de famílias.

Em seu estudo, Mont'Alvão (2011) confirma a teoria do capital humano, em que o capital cultural e social é preponderante em relação a desigualdade educacional no Brasil:

As desigualdades educacionais são recorrentes em qualquer lugar do mundo, de forma que estudantes cujos pais são altamente educados e ricos têm vantagens sobre estudantes cujos pais têm menor nível educacional e de recursos em qualquer sociedade, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento (Mont'Alvão, 2011, p. 422).

Por outro viés de análise, Silva (2011) traz um estudo teórico que busca discutir as implicações entre a escola e os princípios de justiça que orientam as políticas de direitos humanos. Segundo o autor, "A desigualdade das oportunidades escolares decorre, em alguma medida, das desigualdades sociais e culturais de fora da escola, o que não isenta a escola de produzir seus próprios dispositivos" (Silva, 2011, p. 345).

Os diversos autores analisados nesta pesquisa convergem em um mesmo sentido. Todos, de alguma forma, retomam a questão da escola como uma instituição reprodutora das desigualdades sociais em que os alunos estão inseridos. O que nos remete a perenidade das teorias sociais sobre a escola e a educação de Bourdieu (1975, 1998, 2007, 2014). Assim como apontado em nossa revisão bibliográfica é preciso que as políticas educacionais sejam um instrumento para o enfrentamento dessas questões, para que a partir da quebra da desigualdade hoje presente nas escolas possa servir como um verdadeiro mecanismo para a transformação da realidade social brasileira.

4. Considerações Finais

Quando Bourdieu desmistifica a ideia de que o mérito individual justifica as distinções frente ao desempenho entre os educandos, ele demonstra que a instituição escolar impõe um conhecimento prévio ou uma disposição para ele, proveniente principalmente das famílias de classes sociais favorecidas, o que para os educandos das classes populares não ocorre por conta da carência de capital social, tornando a competição no mercado de trabalho desigual.

Ao analisar o pensamento em relação a pedagogia histórico-crítica, foi identificado que é por meio do indivíduo mais preparado que se elucidam as questões acerca do indivíduo com menor preparo. Baseado nisso, ele afirma que é viável entender o capital sem a posse de bens, mas não se faz possível compreender a posse sem o capital, pois na sociedade atual a renda por meio dos bens se caracteriza pelo capital.

Percebe-se que de fato a compreensão sobre a educação sem a escola não é viável, porque a escola é um fator dominante primordial da educação, uma vez que nela persistem diferentes modalidades de educação que exigem do indivíduo uma carga prévia de conhecimentos. Para tanto, é necessário que as propostas de formação estejam em consonância com a realidade das escolas públicas, bem como com sua diversidade, respeitando ainda a experiências dos (as) profissionais que vivenciam na prática histórias marginalizadas, violentadas. Os desafios da educação pública são inúmeros, em vista disso é necessário propostas que contemplem vidas e suas especificidades.

Neste cenário indicamos como pesquisas futuras que sejam avaliadas como as políticas públicas educacionais que foram implementadas sejam analisadas a partir da pedagogia histórico-crítica se elas tiveram efetividade em propor uma escola mais equitativa aos brasileiros, em especial, aos estudantes das escolas públicas, ou se essas políticas vieram a aprofundar ainda mais a desigualdade hoje existente. Propõe-se, ainda que seja pesquisado a percepção docente acerca da contribuição da pedagogia histórico-crítica para as questões pedagógicas no dia a dia escolar.

Com as análises e reflexões abordadas nesta pesquisa, procurou-se objetivar e explicar historicamente a elucidação do tópico escolar, abordando tanto a defesa da individualidade da instituição e a relevância do processo escolar como quesito primordial ao progresso cultural. Com a compreensão sobre a escola embasada no contexto histórico, torna-se possível a intervenção e a reflexão em busca da superação da sociedade atual rumo a uma sociedade isenta de classes e denominações, uma sociedade socialista, com conceito global de realidade que abrange o entendimento da realidade humana como sendo elaborado e edificado pelo homem por meio da produção de condições e do processo de trabalho.

Referências

Albino, A.C.A & Silva, A. F. (2019). BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, 13(25), 137-153.

Araújo. R. M. L. (2018). A Reforma do Ensino Médio do Governo Temer, a Educação Básica Mínima e o Cerco ao Futuro dos Jovens Pobres. *HOLOS*, 8(34). DOI: 10.15628/holos.2018.7065

Bourdieu, P. (1975). *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Edições Francisco Alves, Rio de Janeiro.

Bourdieu, P. (1998). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kem; Guilherme J. F. Teixeira, Edusp, São Paulo, Zouk, Porto Alegre.

Bourdieu, P. & PASSERON, J. C. (2014). Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Editora da UFSC, Florianópolis.

Gonçalves, E. P. (2011). Conversando sobre iniciação a pesquisa científica. (5ª ed.). Campinas, SP: Editora Alínea.

Gramsci, A. (1979). Os Intelectuais e a organização da cultura. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Gramsci, A. (2001). Cadernos do cárcere. Caderno 13: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Haguette, A.; Pessoa, Márcio K. M.; Vidal; E. M. (2016). Dez escolas, dois padrões de qualidade. Uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, 24(92), 609-636. doi: 10.1590/S0104-40362016000300005

Mont'Alvão, A. (2011). Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 54(2), 389 a 430.

Pereira, A.S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFMS. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1 , acessado em: 23 de dezembro de 2020.

Rezende, F. & Ostermann, F. (2012). Olimpíadas de Ciências: uma prática em questão. Ciência & Educação, 18(1), 245-256.

Ribeiro, M. G. (2015). Território e Desigualdades de Renda em Regiões Metropolitanas do Brasil. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 58(4), 913 a 949.
<http://dx.doi.org/10.1590/00115258201562>

Ribeiro, V. M. & Vóvio, C. L. (2017). Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial (2), p. 71-87. DOI: 10.1590/0104-4060.51372

Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (4º ed.). São Paulo: Atlas.

Saviani, D. (1984). Sobre a natureza e especificidade da Educação. *Julago*, 3(22), Brasília.

Saviani, D. (1999). *Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo*. Autores Associados, (32ª ed). Campinas.

Silva, M. R. da (2019). Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, 13(25), 123-135.

Silva, R. M. D. (2011). A escola e as normas em conflito: um ensaio sobre a educação institucionalizada e direitos humanos. *Política & Sociedade*, 10(18). doi:10.5007/2175-7984.2011v10n18p333

Veiga, C. G. (2017). Discriminação Social e Desigualdade Escolar na História Política da Educação Brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. *Hist. Educ. (Online)*, 21(53), 158-181. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/73607>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Alexandre Nascimento da Silva – 50%

Francisco Alex Pereira Soares – 50%